

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

CNEN

CONCURSO PÚBLICO
Nº 001/2014



CNEN
Comissão Nacional
de Energia Nuclear

**AN4 - Analista em Orçamento e
Finanças**

CARGO: AN4 – ANALISTA EM ORÇAMENTO E FINANÇAS

Texto I para responder às questões de **01** a **10**.

Visão comunicativa

Até pouco tempo atrás, a qualificação de empresários, *headhunters*, executivos e CEOs e dos mais variados profissionais se fundava no domínio de outro idioma – o inglês em particular. Num mundo globalizado, saber outra língua é signo e condição competitiva.

Décadas recentes demonstraram, no entanto, que já é digna de atenção a maneira como nossos recursos humanos buscam reciclar o próprio português. Aumenta a necessidade de usar o idioma de forma refinada, como ferramenta nos negócios, ou pelo menos de modo a não pôr a perder um negócio.

O mercado brasileiro avança em seus próprios terrenos, não só os globalizados. Vivemos hoje num país em que mais de 800 milhões de mensagens eletrônicas diárias são trocadas, muitas das quais enviadas para tratar de questões empresariais. Há mais relatórios, encontros entre empresários, almoços de negócios, apresentações em reuniões de trabalho. Cresce o número de situações em que as pessoas ficam mais expostas por meio da escrita e da retórica oral, expondo a fragilidade de uma má formação em seu próprio idioma. Não por acaso, cresce também a procura por aulas de língua portuguesa, destinadas a executivos, gerentes e os mais diversos tipos de profissionais.

A velocidade da mensagem eletrônica não perdoa desatenção. Texto de correio eletrônico, de redes sociais com fins corporativos e de *intranets* deve ser simples, mas exige releitura e cuidado para acertar o tom da mensagem. Se por um lado a popularização da tecnologia nos ambientes de trabalho fez com que as pessoas passassem a ter contato diário com a língua escrita, por outro a enorme quantidade de mensagens trocadas nem sempre deixa claro onde está o valor da informação realmente importante. As mensagens eletrônicas do mundo empresarial dão ainda muita margem a mal-entendidos, com textos truncados, obscuros ou em desacordo com normas triviais da língua e da comunicação corporativa.

Quem se comunica bem no mundo profissional não é quem repete modelinhos e regras, ideias e frases feitas aprendidas em cursos *prêt-à-porter* de comunicação empresarial. Saber interagir num ambiente minado como o das organizações ajuda a carreira, mas para ter real efeito significa dar voz ao outro, falar não para ouvir o que já sabia, mas descobrir o que não se percebia por pura falta de diálogo.

(Luiz Costa Pereira Junior. *Língua Portuguesa*. Ed. Segmento. Janeiro de 2014.)

01

Um dos argumentos utilizados pelo articulista para sustentar a tese defendida está identificado no trecho

- A) “[...] para ter real efeito significa dar voz ao outro, [...]” (5º§)
- B) “[...] nem sempre deixa claro onde está o valor da informação [...]” (4º§)
- C) “Num mundo globalizado, saber outra língua é signo e condição competitiva.” (1º§)
- D) “O mercado brasileiro avança em seus próprios terrenos, não só os globalizados.” (3º§)
- E) “Quem se comunica bem no mundo profissional não é quem repete modelinhos e regras, [...]” (5º§)

02

De acordo com as ideias expressas no texto, é correto afirmar que

- A) nas décadas recentes, a globalização vem dando lugar às negociações feitas no mercado brasileiro.
- B) o domínio de um segundo idioma deixou de ser relevante tendo em vista o atual contexto socioeconômico vivido no Brasil.
- C) o Brasil mostra-se na contramão da globalização, à medida que prioriza negociações em que a língua materna é utilizada.
- D) o sucesso da comunicação no contexto profissional está atrelado à prática de um diálogo eficiente em que o idioma é usado para tal objetivo.
- E) a linguagem utilizada no contexto do universo virtual possui um nível de exigência, quanto à norma padrão da língua, maior que em qualquer outra situação.

03

“Considerando a relação semântica indicada pela expressão ‘no entanto’ (2º§), é correto afirmar que há uma relação de _____ em relação à informação expressa no 1º§.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) oposição
- B) conclusão
- C) acréscimo
- D) explicação
- E) alternância

04

O elemento destacado em “A velocidade da mensagem eletrônica não perdoa desatenção.” (4º§) atribui ao radical da palavra uma nova significação. Mantendo o significado atribuído, o termo “desatenção” pode ser substituído por

- A) o modo de atenção.
- B) a atenção dispensada.
- C) a negação de atenção.
- D) a mudança na atenção.
- E) a disposição da atenção.

05

Mantém-se a correção gramatical da paráfrase do trecho “[...] a enorme quantidade de mensagens trocadas nem sempre deixa claro onde está o valor da informação realmente importante.” (4º§), em

- A) [...] as mensagens trocadas nem sempre deixa claro onde está o valor da informação realmente importante.
- B) [...] as mensagens trocadas nem sempre deixam claro onde estão o valor da informação realmente importantes.
- C) [...] as muitas mensagens trocadas nem sempre deixam claro onde está o valor da informação realmente importante.
- D) [...] a grande quantidade de mensagens trocadas deixam claras onde está o valor da informação realmente importantes.
- E) [...] a enorme quantidade de mensagens trocadas nem sempre deixam claras onde está o valor da informação realmente importante.

06

Ao referir-se ao ambiente das organizações, o autor o caracteriza como um “ambiente minado” (5º§) demonstrando o uso de uma linguagem

- A) denotativa, própria da linguagem jornalística.
- B) denotativa, em que há uma comparação explícita.
- C) conotativa, em que a objetividade da informação é assegurada.
- D) conotativa, em que há um exagero proposital em tal qualificação.
- E) conotativa, em que a palavra está sendo empregada fora do sentido usual.

07

De acordo com as informações e ideias expostas no 4º§, é correto afirmar que a mensagem eletrônica

- A) produz escritores potenciais.
- B) é um meio de comunicação fracassado.
- C) dispensa o uso de outros meios de comunicação.
- D) no ambiente de trabalho, deve ser limitada a troca de informações não oficiais.
- E) exige um tratamento adequado da linguagem para que se alcance o objetivo da mensagem.

08

“De acordo com a estrutura textual apresentada em ‘Visão comunicativa’, é correto afirmar que se trata de um exemplo de texto _____ em que ocorre a apresentação de uma _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) expositivo / opinião
- B) argumentativo / tese
- C) descritivo / problematização
- D) dissertativo / contra-argumentação
- E) narrativo / sequência de acontecimentos

09

“A coesão é a manifestação linguística da coerência; advém da maneira como os conceitos e relações subjacentes são expressos na superfície textual. Responsável pela unidade formal do texto, constrói-se através de mecanismos gramaticais e lexicais.”

(Maria da Graça Costa Val. Redação e Textualidade.)

Considerando esse aspecto, assinale a alternativa em que o termo destacado atua como elemento de coesão textual indicando a referência a um termo anterior.

- A) “[...] e os mais diversos tipos de profissionais.” (3º§)
- B) “[...] nem sempre deixa claro onde está o valor da informação [...]” (4º§)
- C) “Cresce o número de situações em que as pessoas ficam mais expostas [...]” (3º§)
- D) “Não por acaso, cresce também a procura por aulas de língua portuguesa, [...]” (3º§)
- E) “[...] fez com que as pessoas passassem a ter contato diário com a língua escrita, [...]” (4º§)

10

Acerca da construção “*Num mundo globalizado, saber outra língua é signo e condição competitiva.*” (1º§), é correto afirmar que pode ser identificada uma

- A) oração subordinada substantiva apositiva, apresentando um conceito.
- B) oração subordinada substantiva apositiva, apresentando uma explicação.
- C) oração subordinada substantiva objetiva direta, indicando uma conclusão do parágrafo.
- D) oração subordinada substantiva subjetiva, tornando pessoal a informação apresentada.
- E) oração subordinada substantiva subjetiva, tornando impessoal a informação apresentada.

Texto II para responder às questões de 11 a 20.

Jornalismo robotizado

Computadores treinados escrevem sobre jogos, terremotos e crimes.

O uso de algoritmos na confecção de textos não é algo novo. A companhia americana *Narrative Science* treina computadores para escreverem sumários de jogos de diferentes modalidades desde 2012 com grande sucesso. Os resumos são publicados *online* nos jornais que compram seu serviço logo depois do fim do jogo, com uma velocidade impossível para um redator humano. Embora sejam informativos, os textos com uma descrição dos gols da rodada ou das cestas marcadas no clássico regional são corriqueiros e pouco importantes.

Uma tecnologia criada pelo *Los Angeles Times* pode mudar os rumos do “robô-jornalismo”. Escrito pelo jornalista e programador *Ken Schwencke*, um algoritmo usado pelo jornal é capaz de gerar um texto sobre terremotos com base nos dados divulgados eletronicamente pelo Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) sempre que o tremor ultrapassa um limite mínimo de magnitude. Assim, o jornal foi capaz de colocar na sua página de *internet* um texto sobre o terremoto que atingiu *Los Angeles* na segunda-feira 17, três minutos depois de receber os dados do USGS. O jornalista conta que o terremoto o assustou e o fez levantar-se da cama, quando caminhou até seu computador e encontrou o texto pronto. O único trabalho que teve foi apertar o botão para publicar o texto no *site* do *Los Angeles Times*.

Schwencke, que também criou um algoritmo que escreve notícias sobre criminalidade na região de *Los Angeles*, disse à revista eletrônica *Slate* (www.slate.com) que o “robô-jornalismo” não chegou para acabar com os jornalistas humanos. “É algo suplementar. As pessoas ganham tempo com isso e para alguns tipos de notícias a informação é disseminada de um modo como qualquer outra. Eu vejo isso como algo que não deve acabar com o emprego de ninguém, mas que deixa o emprego de todo mundo mais interessante”, disse o jornalista. “Assim a redação pode se preocupar mais em sair às ruas e verificar se há feridos, se algum prédio foi danificado ou entrevistar o pessoal do USGS”, explicou *Schwencke*, acrescentando que o texto inicial foi atualizado 71 vezes por repórteres e editores até se tornar a matéria de capa do dia seguinte.

(*Carta Capital*, 26 de março de 2013.)

11

Quanto à pontuação, indique a alternativa que apresenta correção para o trecho: “*Schwencke, que também criou um algoritmo que escreve notícias sobre criminalidade na região de Los Angeles, disse à revista eletrônica Slate (www.slate.com) que o ‘robô-jornalismo’ não chegou para acabar com os jornalistas humanos.*” (3º§).

- A) *Schwencke* que também criou um algoritmo que escreve notícias sobre: criminalidade na região de *Los Angeles*, disse à revista eletrônica *Slate* (www.slate.com) que o “robô-jornalismo” não chegou para acabar com os jornalistas humanos.
- B) *Schwencke* – que também criou um algoritmo que escreve notícias sobre criminalidade na região de *Los Angeles* – disse à revista eletrônica *Slate* (www.slate.com) que o “robô-jornalismo” não chegou para acabar com os jornalistas humanos.
- C) *Schwencke*, que também, criou um algoritmo, que escreve notícias sobre criminalidade na região de *Los Angeles*, disse à revista eletrônica *Slate* (www.slate.com) que o “robô-jornalismo” não chegou para acabar com os jornalistas humanos.
- D) *Schwencke*, que também criou um algoritmo que escreve notícias sobre criminalidade na região de *Los Angeles*, disse à revista eletrônica *Slate* (www.slate.com): que o “robô-jornalismo”, não chegou para acabar com os jornalistas humanos.
- E) *Schwencke*, que, – também criou um algoritmo –, que escreve notícias sobre criminalidade na região de *Los Angeles*, disse à revista eletrônica *Slate* (www.slate.com) que o “robô-jornalismo” não chegou para acabar com os jornalistas humanos.

12

Em “*Embora sejam informativos, os textos com uma descrição dos gols da rodada ou das cestas marcadas no clássico regional são corriqueiros e pouco importantes.*” (1º§), o termo destacado estabelece uma relação de

- A) negação.
- B) oposição.
- C) conclusão.
- D) concessão.
- E) explicação.

13

A respeito dos termos grifados no trecho “A companhia americana Narrative Science treina computadores para escreverem sumários de jogos de diferentes modalidades desde 2012 com grande sucesso. Os resumos são publicados online nos jornais que compram seu serviço logo depois do fim do jogo, com uma velocidade impossível para um redator humano.” (1º§), analise as afirmativas.

- I. “Desde” indica uma marca temporal, assim como “logo”.
- II. As duas ocorrências do “para” indicam sentido equivalente.
- III. “Que” atua como elemento de coesão textual retomando um termo anterior.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I. B) III. C) I e II. D) I e III. E) II e III.

14

Acerca da finalidade discursiva do recurso adotado no trecho “Assim a redação pode se preocupar mais em sair às ruas e verificar se há feridos, se algum prédio foi danificado ou entrevistar o pessoal do USGS”, explicou Schwencke [...]” (3º§), é correto afirmar que o objetivo é

- A) contribuir para a credibilidade ao texto.
- B) identificar a especialidade do autor da citação.
- C) realizar uma transposição adaptada da fala de Schwencke.
- D) caracterizar o discurso de Schwencke como incisivo e determinante.
- E) ampliar a discussão realizada em todo o texto acerca do uso da tecnologia.

15

Considerando a função do acento grave em “disse à revista eletrônica Slate” (3º§), é correto afirmar que

- A) diante de palavra feminina sempre ocorre o fenômeno da crase.
- B) alterando a ordem em que aparecem na frase, termo regente e termo regido, a ocorrência de crase é anulada.
- C) o termo regente “disse” não indica obrigatoriedade quanto à preposição, logo, a ocorrência de crase é facultativa neste caso.
- D) o fenômeno da crase ocorre devido à exigência da preposição “a” pelo termo regente diante do termo regido feminino que admite o artigo “a”.
- E) mesmo que o complemento verbal seja substituído por outro termo qualquer, a ocorrência de crase permanece determinada pelo termo regente.

16

Em “Assim, o jornal foi capaz de colocar na sua página de internet um texto sobre o terremoto que atingiu Los Angeles na segunda-feira 17, três minutos depois de receber os dados do USGS. O jornalista conta que o terremoto o assustou e o fez levantar-se da cama, quando caminhou até seu computador e encontrou o texto pronto.” (2º§), os termos destacados são utilizados anaforicamente. Assinale o referente devidamente identificado a seguir.

- A) “terremoto”.
- B) “o jornalista”.
- C) “o texto pronto”.
- D) “seu computador”.
- E) “um texto sobre o terremoto”.

17

De acordo com o conteúdo do texto, é correto afirmar que, em relação ao invento, são apresentados mais aspectos

- A) negativos, mostrando insuficiência de dados.
- B) positivos, resultando em uma avaliação positiva.
- C) negativos, resultando em uma avaliação negativa.
- D) positivos, mostrando a inviabilidade da ausência de tal recurso.
- E) negativos, contrariando as tendências tecnológicas do século XXI.

18

Releia o trecho apresentado a seguir: “Embora sejam informativos, os textos com uma descrição dos gols da rodada ou das cestas marcadas no clássico regional são corriqueiros e pouco importantes.” (1º§). Assinale a alternativa correta tendo em vista o sentido da palavra “corriqueiros” no contexto.

- A) Banais. B) Atípicos. C) Comuns. D) Vulgares. E) Informais.

19

Analise os trechos abaixo.

I. “[...] e o fez levantar-se [...]” (2º§)

II. “[...] pode se preocupar mais [...]” (3º§)

III. “[...] e verificar se há feridos, [...]” (3º§)

Em relação ao emprego da palavra “se”, é correto afirmar que em

- A) apenas dois trechos o “se” indica condição.
- B) todos os trechos o “se” tem o mesmo emprego.
- C) apenas um trecho o “se” é uma conjunção integrante.
- D) todos os trechos o “se” atua como pronome reflexivo.
- E) apenas dois trechos o “se” atua como pronome apassivador.

20

Considerando os aspectos da concordância verbal, indique a reescrita adequada de acordo com a norma padrão para o trecho “o texto inicial foi atualizado 71 vezes por repórteres e editores” (3º§).

- A) Repórteres e editores atualizaram o texto inicial 71 vezes.
- B) Repórteres e editores atualizam-se o texto inicial 71 vezes.
- C) O texto inicial atualiza-se 71 vezes por repórteres e editores.
- D) O texto inicial, foram atualizadas 71 vezes, por repórteres e editores.
- E) Foram atualizadas 71 vezes, o texto inicial, por repórteres e editores.

LÍNGUA INGLESA

Read text III to answer 21 through 25.

Acid rain and... the facts

www.acidrain.org.ca / Oxford Children's Encyclopedia

What causes acid rain?

Acid rain is caused by air pollution. When fossil fuels such as coal and oil are burned, two gases, sulphur dioxide and nitrogen oxide, are released into the atmosphere. These two pollutants eventually react with the moisture in the air. When this polluted mixture falls onto the ground, it is called acid rain.

Rain measuring between 0 and 5 on the pH scale, is acidic therefore called ACID RAIN.

Acid rain is harmful to the environment. It is hard to control because it may be blown by the wind, falling thousands of kilometers from where it was first formed. For example, much of the acid rain in Canada is caused by smoke from factories and power-stations in the USA. The acid rain in Scandinavia may come from Britain.

What are the effects of acid rain?

Acid rain has many different effects. It has killed fish in the lakes of North America, Scandinavia, Scotland, and Wales. Vast areas of forest in northern and central Europe are dying because of it, while in many European cities statues and stone buildings are being eaten away by the acid. Acid rain corrodes metalwork such as steel bridges and railings; it also attacks some types of concrete. Even the water that we drink is slowly being polluted by acid rain.

What are the effects on trees and soil?

One of the most serious impacts of acid precipitation is on forests and soils. Great damage is done when sulphuric acid falls onto the earth as rain. Nutrients present in the soils are washed away. Aluminium also present in the soils is freed and this toxic element can be absorbed by the roots of trees. Thus, the trees starve to death because they have been deprived of their vital nutrients such as calcium and magnesium.

Acid rain is one of the most serious environmental problems of our time. It is a global problems that is gradually affecting our world.

How does acid rain effect lakes?

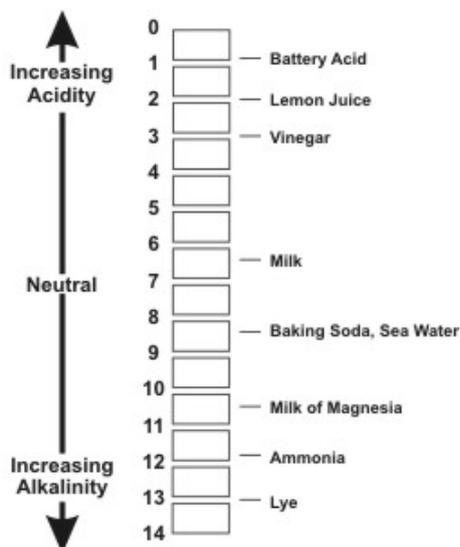
Lakes that have been acidified cannot support the same variety of life as healthy lakes. As a lake becomes more acidic, various types of fish disappear. Other effects of acidified lakes on fish include: decreased growth, inability to regulate their own body chemistry, reduced egg deposition, deformities in young fish and increased susceptibility to naturally occurring diseases.

Clean rain usually has a pH of 5.6. It is slightly acidic because of carbon dioxide which is naturally present in the atmosphere. Vinegar, by comparison, is very acidic and has a pH of 3.

What is pH?

This is a measure of how acidic or alkaline a substance is. (See a pH scale below).

The initials pH stand for **Potential of Hydrogen**. Acids have pH values under 7, and alkalis have pH values over 7. If a substance has a pH value of 7. It is neutral-neither acidic or alkaline.



Because the pH scale is logarithmic, a difference of one pH unit represents a tenfold, or ten times change. For example, the acidity of a sample with a pH of 5 is ten times greater than that of a sample with a pH of 6. A difference of 2 units, from 6 to 4, would mean that the acidity in one hundred times greater, and so on.

(Reinildes Dias. Reading Critically in English, 3rd ed. UFMG 2002. Adaptado.)

21

Acid rain does NOT cause

- A) immune system fault.
- B) damage to young animals.
- C) miscarriages and leukemia.
- D) decay of concrete and steel.
- E) removal of earth nutrients.

22

According to the text, a pH of 8

- A) classifies a substance as alkalis.
- B) characterizes high level acidity.
- C) is indeed the pH we find in milk.
- D) is away from being a neutral pH.
- E) represents one fifth of the scale.

23

It is true that clean rain

- A) has carbon dioxide.
- B) is significantly acidic.
- C) falls where it's formed.
- D) equals the pH of vinegar.
- E) comes down twice more.

24

A difference of four units, from six to two, means that the acidity is

- A) two hundred times greater.
- B) four hundred times greater.
- C) ten thousand times greater.
- D) two thousand times greater.
- E) twelve hundred times greater.

25

The item that does NOT relate to the text issues is

- A) bribery.
- B) deforestation.
- C) melting glaciers.
- D) global warming.
- E) greenhouse effect.

Read text IV to answer 26 through 30.



Invitation for Bids (IFB)

1. The ECOWAS COMMISSION has allocated own funds towards the cost of the Supply, Deployment & Installation of Network Equipment at the ECOWAS Commission Headquarters Data Centre, Abuja.
2. The ECOWAS Commission therefore invites sealed bids for the Supply, Deployment & Installation of Network Equipment at the ECOWAS Commission Headquarters Data Centre, Abuja described above **in one lot**.
3. The Bidding Document can be obtained at the Procurement Division, Directorate of General Administration, ECOWAS Commission, Plot 101, Yakubu Gowon Crescent, Asokoro District, Abuja, Nigeria, **upon submission of a written request and payment of three hundred US Dollars (US\$300.00) by Cash or Bank Draft made in favour of ECOWAS Commission, Abuja.**
4. For Bidders outside Nigeria, the Bidding Document can be mailed to interested Bidders **upon payment (by Transfer) of non-refundable fee of US\$300.00 to the Commission (transfer charges born by the bidder).** (Account Details available on request.)
5. Interested Bidders may obtain further information at the address below, during office hours: Monday to Friday from **9.00am (8.00am GMT+1) to 4.00pm (3.00pm GMT+1)**, ECOWAS Commission, Directorate of General Administration, Procurement Division, 1st Floor, Plot 101, Yakubu Gowon Crescent, Asokoro District, PMB 401 Abuja Nigeria.
E-mail: procurement@ecowas.int
6. Bids shall be valid for a period of 120 (days) after Bid Opening and must be accompanied by a **bid security of US\$20,000.00 (Bank Guarantee or Insurance Bond).**
7. Bids shall be delivered in sealed envelope and deposited in the ECOWAS Tender Box located Office of the Executive Assistant of Commissioner of Administration & Finance, fifth (5th) floor of the ECOWAS Commission Building, 101, Yakubu Gowon Crescent Asokoro District, P. M. B. 401, Abuja, **Nigeria on or before November 7, 2013 at 11.30am (10.30am GMT+1)** and clearly marked "International Competitive Bidding for the Production of ECOWAS Biometric Laissez Passer and Supply of Equipment" Do Not Open, Except in Presence of the Committee.
8. Bids will be opened in the presence of the bidders who wish to attend **on November 7, 2013 at 12.00 noon (11.00am GMT+1), Room 523, Ecowas Commission, Abuja, Nigeria.**

(The Economist, September 4th, 2013. Page 86. Adaptado.)

26

It is true about the text that

- | | |
|---|---|
| A) alien bidders will be given extra time. | D) an international committee will assess bids. |
| B) office hours in Nigeria include overtime. | E) the opening bid should be above US\$300.00. |
| C) bidders might be present at bids' opening. | |

27

A bid security

- | | |
|--|--|
| A) should come prior to Bid Opening. | D) must terminate the Insurance Bond. |
| B) ought to follow up presented bids. | E) might get a refund after Bid Opening. |
| C) shall be valid for at least six months. | |

28

The ECOWAS Commission is inviting bids for a(an)

- | | | | | |
|----------|------------|-------------|-------------|-------------|
| A) grid. | B) raffle. | C) auction. | D) contest. | E) drawing. |
|----------|------------|-------------|-------------|-------------|

29

In “Bids will be opened in the presence of bidders who wish...” the relative pronoun may be replaced by

- A) that. B) while. C) when. D) those. E) which.

30

A written request will be needed to

- A) provide paperwork. D) obtain any cancellation.
B) favor faster outcome. E) get further information.
C) pay a commission fee.

RACIOCÍNIO LÓGICO

31

Considere verdadeiras as seguintes premissas:

- p_1 : se a energia nuclear for uma alternativa de obtenção de energia pouco poluente, então, sua utilização crescerá a cada dia;
- p_2 : se uma usina nuclear for instalada perto de um centro consumidor, então, o custo de distribuição de energia será reduzido;
- p_3 : a utilização de energia nuclear vem crescendo a cada dia;
- p_4 : uma usina nuclear foi instalada próximo a um centro consumidor.

Conclui-se, a partir do argumento apresentado, que

- A) a energia nuclear é uma alternativa de obtenção de energia pouco poluente.
B) a utilização de energia nuclear vem crescendo a cada dia, mas o custo de distribuição não tem sido reduzido.
C) o custo de distribuição de energia tem sido reduzido e a utilização de energia eólica vem crescendo a cada dia.
D) a utilização de energia nuclear vem crescendo a cada dia ou uma usina nuclear não foi instalada próxima a um centro consumidor.
E) a energia nuclear é uma alternativa de obtenção de energia pouco poluente e o custo de distribuição de energia tem sido reduzido.

32

Considere as seguintes proposições lógicas:

- p : a conferência foi um sucesso, mas os representantes não gostaram da proposta;
- q : ou ampliam-se os investimentos no setor, ou os projetos não serão implantados.

Diante do exposto, é correto afirmar que

- A) a proposição “Os projetos serão ou não implantados” é uma contradição.
B) a negação de p é “Os representantes gostaram da proposta ou a conferência foi um sucesso”.
C) a proposição “Se a conferência foi um sucesso, então os representantes gostaram da proposta” é equivalente a p .
D) a proposição “Se os representantes gostarem da proposta, então a conferência terá sido um sucesso” é equivalente a p .
E) a proposição “Os projetos serão implantados se e somente se os investimentos no setor forem ampliados” é equivalente a q .

33

Analise as proposições:

$$\underline{x}: [p \rightarrow (q \vee r)] \leftrightarrow (p \wedge \sim q \wedge \sim r)$$
$$\underline{y}: (p \rightarrow q) \rightarrow (\sim q \rightarrow \sim p)$$

Acerca das proposições x e y , é correto afirmar que

- A) \underline{x} é contingente. D) \underline{y} é uma contradição.
B) \underline{y} é contingente. E) \underline{x} é uma contradição.
C) \underline{x} é uma tautologia.

34

Dentre o número de anagramas que podem ser formados com as letras da palavra ENERGIA, a probabilidade de se selecionar, ao acaso, um anagrama cujas consoantes “NRG” aparecem sempre juntas e nessa ordem é

- A) 1/7. B) 1/14. C) 1/21. D) 1/42. E) 1/84.

35

Considere a seguinte sequência lógica numérica:

4, 2, 6, 4, 12, 10 ...

É correto afirmar que o próximo termo da sequência será

- A) um número negativo. D) o quadrado do terceiro termo.
 B) o triplo do sexto termo. E) igual à soma dos cinco primeiros termos.
 C) o dobro do quinto termo.

36

A soma de três números a , b e c , inteiros e positivos, é 39. O produto de a por b é igual à soma de a com o dobro de c .

Sabendo-se que b é igual a 9, então, a razão $\frac{a}{c}$ é igual a

- A) 1/3. B) 1/4. C) 2/3. D) 5/3. E) 5/4.

37

180 pessoas realizaram uma prova que continha duas disciplinas, A e B. Sabe-se que: 25 pessoas acertaram todas as questões da disciplina B; 31 pessoas acertaram todas as questões da disciplina A; e, 11 pessoas acertaram todas as questões da prova, isto é, todas as questões das disciplinas A e B. Assim, selecionando-se ao acaso uma pessoa, a probabilidade de esta ter acertado todas as questões em pelo menos uma prova é

- A) 0,09. B) 0,20. C) 0,25. D) 0,35. E) 0,45.

38

Em 2014, o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, ocorreu em um sábado. Maria realizou uma prova exatamente 25 semanas após o dia 8 de março do ano de 2012. Dessa forma, essa prova caiu em um(a)

- A) sábado. D) quarta-feira.
 B) sexta-feira. E) segunda-feira.
 C) quinta-feira.

39

A *pizzaria* Quattro é especializada na venda de *pizzas* quadradas, mas também vende as *pizzas* tradicionais (*pizzas* circulares). A tabela a seguir sintetiza os preços e dimensões de cada *pizza* disponível:

Tamanho da <i>Pizza</i>		Preço	
		<i>Pizza</i> Quadrada	<i>Pizza</i> Tradicional
Pequena	20 cm	R\$ 9,20	R\$ 6,60
Média	30 cm	R\$ 18,90	R\$ 14,85
Grande	40 cm	R\$ 32,00	R\$ 22,80

Quando a *pizza* for quadrada, o tamanho representa a medida do lado da *pizza*. Quando a *pizza* for tradicional circular, o tamanho representa a medida de seu diâmetro. Dessa forma, dentre as alternativas a seguir, aquela que apresenta o melhor custo/benefício para o cliente é a *pizza*

(Considere $\pi = 3$.)

- A) quadrada média. D) tradicional grande.
 B) tradicional média. E) tradicional pequena.
 C) quadrada grande.

40

A soma dos nove termos de uma progressão aritmética é igual a 72. Sabe-se que a razão r da progressão é igual a 3. Logo, sendo P o quinto termo dessa progressão, é correto afirmar que

- A) $P \leq 3$. B) $3 < P \leq 7$. C) $7 < P \leq 11$. D) $11 < P \leq 15$. E) $15 < P \leq 19$.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

41

A Constituição Federal vigente, nos termos dos arts. 37 ao 41, estabelece normas de observância obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Considerando essas normas, avalie as seguintes afirmativas e a relação proposta entre elas.

I. “A Comissão Nacional de Energia Nuclear sujeita-se aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.”

PORQUE

II. “A Comissão Nacional de Energia Nuclear é um órgão público integrante da Administração Pública Federal Direta.”

Assinale a alternativa correta.

- A) As duas afirmativas são falsas.
- B) A primeira afirmativa é falsa e a segunda, verdadeira.
- C) A primeira afirmativa é verdadeira e a segunda, falsa.
- D) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda é uma justificativa da primeira.
- E) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa da primeira.

42

A Comissão Nacional de Energia Nuclear deve observar as normas previstas na Constituição Federal vigente, no que tange ao Capítulo referente à administração pública. De acordo com o texto constitucional, a remuneração do servidor público federal deve limitar-se a um teto constitucional. Considerando esse teto constitucional remuneratório, analise as afirmativas.

- I. Os servidores públicos efetivos da Comissão Nacional de Energia Nuclear não podem receber remuneração maior que o subsídio do Presidente da República.
- II. A verba que o servidor público efetivo receber a título de indenização será computada para fins de limitação ao teto constitucional remuneratório.
- III. Caso um servidor público acumule licitamente dois cargos efetivos federais, as remunerações de ambos os cargos serão computadas para fins do limite constitucional remuneratório.
- IV. Um professor federal aposentado, que acumule os proventos com a remuneração de um cargo de Analista na Comissão Nacional de Energia Nuclear, estará sujeito ao teto remuneratório de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) II.
- B) I e III.
- C) I e IV.
- D) II e IV.
- E) III e IV.

43

A Lei Federal nº 9.784/99 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Quanto à contagem de prazos prevista na norma, analise as afirmativas, considerando que as datas apresentadas sejam dias úteis.

- I. Um prazo de um ano, que comece a correr em 13.03.2014, vencerá em 12.03.2015.
- II. A contagem do prazo de um mês equivale à contagem do prazo de 30 dias.
- III. Um prazo de um mês, que comece a correr em 31/01/2015, vencerá em fevereiro de 2015.
- IV. Os prazos nos processos administrativos, em regra, ficam suspensos nas férias de janeiro.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) III.
- B) I e II.
- C) I e IV.
- D) II e IV.
- E) III e IV.

44

Considere a hipótese de um servidor federal vir a ser condenado pela prática de ato de improbidade administrativa que configure enriquecimento ilícito. Nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, dentre outras penalidades, o servidor estará sujeito a

- A) suspensão dos direitos políticos por 8 a 10 anos e multa civil de até cem vezes a remuneração do agente.
- B) suspensão dos direitos políticos por 5 a 8 anos e proibição de contratar com o poder público por 8 a 10 anos.
- C) ressarcimento integral do dano, multa civil de até três vezes o acréscimo patrimonial e perda da função pública.
- D) perda dos direitos políticos e proibição de contratar ou receber incentivos creditícios do poder público por 10 anos.
- E) ressarcimento ao erário, multa civil de até duas vezes o dano ao erário e proibição de contratar com o poder público por 5 anos.

45

A Lei Federal nº 9.784/99 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Considerando essas normas, analise as afirmativas e a relação proposta entre elas.

I. “Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.”

PORQUE

II. “Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.”

Assinale a alternativa correta.

- A) As duas afirmativas são falsas.
- B) A primeira afirmativa é falsa e a segunda, verdadeira.
- C) A primeira afirmativa é verdadeira e a segunda, falsa.
- D) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda é uma justificativa da primeira.
- E) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa da primeira.

46

O Código Penal brasileiro trata dos tipos de conduta que configuram crime contra a administração pública, como o disposto no art. 317: “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”. O tipo penal descrito anteriormente refere-se ao crime de

- A) peculato.
- B) prevaricação.
- C) corrupção ativa.
- D) corrupção passiva.
- E) excesso de exação.

47

A Lei Federal nº 8.112/90 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Considerando as regras sobre remoção e redistribuição, assinale a afirmativa correta.

- A) Redistribuição é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro de pessoal.
- B) A remoção para acompanhar cônjuge ou companheiro é deferida por prazo indeterminado e desde que no interesse da Administração Pública.
- C) Remoção é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal da Administração Pública.
- D) A remoção por motivo de saúde de dependente que viva a expensas do servidor e conste do seu assentamento funcional, condiciona-se à comprovação por junta médica oficial.
- E) Em caso de extinção de órgão, o servidor que não for redistribuído deve ser colocado em disponibilidade ou em exercício permanente no órgão responsável pela lotação de pessoal civil da Administração Federal.

48

“Determinado servidor público federal dirigiu requerimento a determinada autoridade. O requerimento foi apreciado e indeferido pela autoridade competente.” Nos termos do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, no que tange ao direito de petição, analise.

- I. O servidor, caso desejar recorrer, deverá protocolar o recurso no prazo máximo de 90 dias, contados da ciência do indeferimento do pedido inicial.
- II. A prescrição do direito de recorrer será interrompida no caso de o servidor apresentar pedido de reconsideração no prazo legal.
- III. Caso recorra, o servidor deverá encaminhar o recurso por intermédio da autoridade máxima do órgão competente para decidir.
- IV. O recurso interposto pelo servidor poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente para decidir.
- V. No caso de indeferimento de um pedido de reconsideração, o servidor poderá renová-lo ou interpor recurso hierárquico.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) II e IV.
- B) IV e V.
- C) I, II e III.
- D) I, III e V.
- E) II, IV e V.

49

O art. 319 do Código Penal brasileiro, que trata sobre os tipos de conduta que configuram crime contra a Administração pública, dispõe um dos referidos crimes: “Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”. A pena prevista no Código Penal para a prática do crime descrito anteriormente é:

- A) Reclusão, de 2 a 5 anos, e multa. D) Detenção, de 3 meses a um ano, e multa.
B) Reclusão, de 3 a 8 anos, e multa. E) Detenção, de 6 meses a 2 anos, ou multa.
C) Reclusão, de 2 a 12 anos, e multa.

50

A Lei Federal nº 8.112/90 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Considerando as normas relativas ao regime disciplinar, analise as afirmativas e a relação proposta entre elas.

- I. “Ao servidor federal, é vedado participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.”

LOGO

- II. “É vedada a participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros.”

Assinale a alternativa correta.

- A) As duas afirmativas são falsas.
B) A primeira afirmativa é verdadeira e a segunda, falsa.
C) A primeira afirmativa é falsa e a segunda, verdadeira.
D) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda é uma consequência da primeira.
E) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não é consequência da primeira.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51

A doutrina explica que “Ato Administrativo é toda declaração unilateral de vontade do Estado, no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante comandos complementares da lei, expedidos a título de lhe dar cumprimento e sujeitos a controle pelo Poder Judiciário, ficando, assim, excluídos, os atos abstratos e os convencionais”.

(Fernanda Marinela. Direito Administrativo. 5. ed. Niterói: Editora Impetus, 2011. p. 253.)

Sobre o tema, analise.

- I. São elementos do ato administrativo: sujeito competente, forma, motivo, objeto e finalidade.
II. No direito administrativo, o silêncio é considerado como consentimento tácito.
III. O mérito administrativo, ou seja, a discricionariedade, pode estar no sujeito, na forma e na finalidade.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I. B) II. C) III. D) I e II. E) II e III.

52

De acordo com a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos, é correto afirmar que é inexigível a licitação

- A) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
B) na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica (ICT) ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
C) na contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.
D) na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo comandante da força.
E) na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na reforma agrária, instituído por lei federal.

53

Assinale a alternativa que, de acordo com a Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) refere-se a um ato que causa prejuízo ao erário.

- A) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- B) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- C) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- D) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- E) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

54

“Determinado agente de uma pessoa jurídica de direito público, nessa qualidade, causa danos a terceiros.” A pessoa jurídica poderá ser demandada a partir da aplicação da teoria do(a)

- A) risco integral.
- B) irresponsabilidade.
- C) responsabilidade subjetiva.
- D) risco administrativo (objetiva).
- E) culpa administrativa (subjetiva).

55

Acerca do processo administrativo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- B) São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
- C) Antes da tomada de decisão, é vedado à autoridade, mesmo diante da relevância da questão, realizar audiência pública para debates sobre a matéria do processo.
- D) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- E) Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

56

Sobre o Processo Legislativo, é INCORRETO afirmar que

- A) as leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.
- B) é permitida a edição de medidas provisórias que impliquem instituição ou majoração de tributos.
- C) o veto parcial a projeto de lei somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, de inciso ou de alínea.
- D) a discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal terão início no Senado Federal.
- E) é vedada reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

57

Em relação ao tratamento dado ao Poder Legislativo pela Constituição Federal, analise as afirmativas.

- I. Cada território elegerá quatro deputados federais.
- II. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.
- III. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três senadores, com mandato de oito anos.
- IV. A representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

58

Acerca do tratamento que a Constituição Federal dá à Administração Pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É garantido ao servidor civil o direito à livre associação sindical.
- B) A proibição da cumulação de cargos públicos remunerados estende-se a empregos e funções.
- C) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- D) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- E) Somente por lei específica poderão ser criadas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

59

Sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Brasília é a capital federal.
- B) Essa organização compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.
- C) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem, serão reguladas em lei ordinária.
- D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- E) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

60

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A) Conceder anistia.
- B) Manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- C) Organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
- D) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- E) Exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

61

Considerando o Manual Técnico do Orçamento (2014), analise as afirmativas.

- I. O Direito Financeiro tem por objeto a disciplina jurídica de toda a atividade financeira do Estado e abrange receitas, despesas e créditos públicos.
- II. O Direito Tributário tem por objeto específico a disciplina jurídica de uma das origens da receita pública: o tributo.
- III. Compete à União legislar privativamente sobre direito tributário, direito financeiro, direito penitenciário, direito econômico e urbanístico e orçamento.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e III, apenas.

62

Acerca dos estágios da Receita Pública, de acordo com o Manual Técnico do Orçamento (2014), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As etapas da receita pública não seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos, levando-se em consideração o modelo de orçamento existente no Brasil.
- () O primeiro estágio da receita pública é a fixação do volume a ser arrecadado, quando da elaboração do PPA.
- () As receitas públicas só poderão ser arrecadas se estiverem fixadas na Lei Orçamentária Anual. Nenhuma receita pública poderá ingressar nos cofres públicos sem prévia fixação no PPA, LDO e LOA.
- () Efetuar a fixação da receita pública implica planejar, empenhar e liquidar o ingresso dos recursos no cofre público.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) V, V, F, F.
- C) F, V, V, F.
- D) F, F, F, F.
- E) V, F, F, F.

63

Considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) Caberá a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por deputados e senadores, examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei do plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual.
- B) A iniciativa da Lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual é privativamente do Poder Legislativo. Tratam-se de leis complementares, conforme determinação Constitucional.
- C) Determina que lei ordinária deve dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Tal lei já foi elaborada e trata-se da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- D) A Lei Orçamentária Anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se nessa vedação a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que a operação de crédito seja para antecipação de receita orçamentária.
- E) Possibilita ao Presidente da República enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação no Projeto de Lei do Plano Plurianual, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Projeto de Lei Orçamentária Anual, enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

64

Acerca da Lei nº 12.593/2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015, analise as afirmativas.

- I. O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.
- II. É o instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.
- III. É o instrumento de planejamento governamental em cuja gestão serão observados os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas, objetivos e iniciativas.
- IV. São prioridades da Administração Pública Federal o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano Brasil sem Miséria (BSM) e as definidas nas leis de diretrizes orçamentárias.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I, II e IV se referem ao Plano Plurianual (PPA).
- B) Todas as afirmativas estão corretas e se referem ao Plano Plurianual (PPA).
- C) Todas as afirmativas estão corretas e se referem à Lei Orçamentária Anual (LOA).
- D) As afirmativas I e II estão incorretas e se referem à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- E) As afirmativas I, III e IV se referem ao Plano Plurianual (PPA), enquanto a alternativa II se refere à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

65

De acordo com a Lei nº 4.320/64, analise as afirmativas.

- I. A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.
- II. Acompanharão a Lei de Orçamento, os quadros demonstrativos: da receita e planos de aplicação dos fundos especiais; da despesa; e, do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.
- III. A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- IV. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- V. A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiência de caixa.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III, IV e V.
- B) II e IV, apenas.
- C) IV e V, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, III e V, apenas.

66

Em relação à Lei nº 10.180/2001, que versa sobre o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas socioeconômicas.
- B) Órgão setorial da Casa Civil da Presidência da República tem como área de atuação todos os órgãos integrantes da Presidência da República, ressalvados outros determinados em legislação específica.
- C) Compete às unidades responsáveis pelas atividades de planejamento estabelecer normas e procedimentos necessários à elaboração e à implementação dos orçamentos federais, harmonizando-os com o Plano Plurianual.
- D) Não tem por finalidade promover a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, visando a compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas, nos planos federal, estadual, distrital e municipal, pois tal finalidade é restrita à Casa Civil da Presidência da República.
- E) Compete às unidades responsáveis pelas atividades de planejamento coordenar, consolidar e supervisionar a elaboração dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária da União, compreendendo os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais.

67

A respeito de contribuição de melhoria, conforme dispõe o Manual Técnico do Orçamento (2014), analise.

- I. É tributo.
- II. Tem como fato gerador valorização imobiliária que decorra de obras públicas, contanto que haja nexos causal entre a melhoria ocorrida e a realização da obra pública.
- III. Somente pode ser cobrada pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, haja vista que a União não realiza obras que se enquadre no fato gerador da contribuição de melhoria.
- IV. Foi instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) II e III.
- B) I, II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

68

De acordo com o Decreto-Lei nº 200/67 e atualizações posteriores, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado.
- B) As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se à Casa Civil da Presidência da República.
- C) A Administração Federal compreende a Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência e, também, a Administração Indireta.
- D) O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal.
- E) A Administração Indireta compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias; empresas públicas; sociedades de economia mista e fundações públicas.

69

O Manual Técnico do Orçamento (2014) faz referência, conceitua e classifica receitas públicas. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Conceitua Receitas Públicas Derivadas como aquelas obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal.
- B) Classifica as receitas públicas, quanto à procedência, em receitas correntes, de capitais, intraorçamentárias e receitas não efetivas.
- C) Conceitua Receitas Públicas Originárias como as receitas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública.
- D) Em sentido amplo, receitas públicas são ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário. Em sentido estrito, são públicas apenas as receitas orçamentárias.
- E) Conceitua Receitas Públicas Originárias como as receitas que resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários.

70**Sobre os princípios orçamentários dispostos no Manual Técnico do Orçamento (2014), analise.**

- I. Visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.
- II. São válidos para todos os Poderes e todos os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), sendo estabelecidos e disciplinados tanto por normas constitucionais e infraconstitucionais, quanto pela doutrina.
- III. Integram o Manual Técnico de Orçamento. Os referidos princípios orçamentários têm sua existência e aplicação decorrentes de normas jurídicas.
- IV. De acordo com o Princípio da Unidade ou da Totalidade, o orçamento deve ser uno, ou seja, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento por exercício financeiro.
- V. O Princípio da Universalidade estabelece que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Estão corretas as afirmativas

- | | |
|------------------------|-----------------------|
| A) I, II, III, IV e V. | D) I, II e V, apenas. |
| B) II e III, apenas. | E) I, IV e V, apenas. |
| C) III e IV, apenas. | |

71**Considerando o disposto no Manual Técnico do Orçamento (2014) sobre o lançamento da receita pública, analise.**

- I. Efetuar o lançamento implica planejar e estimar a arrecadação das receitas que constará na proposta orçamentária.
- II. O lançamento de receitas é a etapa que antecede a fixação do montante de despesas que irá constar nas leis de orçamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.
- III. Define-se como lançamento o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- IV. Conforme disposto no MTO/2014, o art. 142 do CTN define lançamento como o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível.

Estão corretas as afirmativas

- | | |
|---------------------|--------------------------|
| A) I, II, III e IV. | D) III e IV, apenas. |
| B) I e II, apenas. | E) II, III e IV, apenas. |
| C) I e IV, apenas. | |

72**De acordo com o Decreto-Lei nº 200/67 e atualizações posteriores, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- () As autarquias são criadas por lei.
- () As autarquias possuem personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios.
- () As autarquias executam atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- () As empresas públicas são entidades exclusivamente dotadas de personalidade jurídica de direito público.
- () As empresas públicas são entidades que possuem patrimônio próprio e capital exclusivo da União.

A sequência está correta em

- | | | | | |
|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| A) V, V, V, V, V. | B) F, F, V, F, V. | C) V, F, F, V, F. | D) V, V, V, F, V. | E) F, V, F, V, F. |
|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|

73**Em estrita observância ao disposto no Decreto-Lei nº 200/67 e atualizações posteriores, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- () A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão.
- () Os órgãos de contabilidade inscreverão como responsável todo o ordenador da despesa, o qual só poderá ser exonerado de sua responsabilidade após julgadas regulares suas contas pelo Tribunal de Contas.
- () Todo ordenador de despesa ficará sujeito à tomada de contas realizada pelo órgão de contabilidade e verificada pelo órgão de auditoria interna, antes de ser encaminhada ao Tribunal de Contas.

A sequência está correta em

- | | | | | |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| A) V, V, F. | B) V, V, V. | C) F, F, F. | D) F, V, V. | E) V, F, F. |
|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|

74

Com base no Decreto-Lei nº 200/67 e atualizações posteriores, analise as afirmativas.

- I. As Sociedades de Economia Mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público.
- II. As Sociedades de Economia Mista são entidades criadas por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima.
- III. As Sociedades de Economia Mista são entidades cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou à entidade da Administração Indireta.
- IV. As Fundações Públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
- V. As Fundações Públicas são entidades sem fins lucrativos, criadas em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) IV e V. B) I, II e III. C) I, II e V. D) II, III e IV. E) II, III, IV e V.

75

O Decreto nº 93.872/86 versa sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional. A esse respeito, assinale a alternativa em que o conteúdo desse Decreto encontra-se defasado em relação ao conteúdo da Carta Magna de 1988.

- A) O pagamento da despesa será feito mediante saques contra a conta do Tesouro Nacional.
- B) A realização da receita e da despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao Princípio da Unidade de Caixa.
- C) A arrecadação de todas as receitas da União far-se-á na forma disciplinada pelo Ministério da Fazenda, devendo o seu produto ser obrigatoriamente recolhido à conta do Tesouro Nacional no Banco do Brasil S.A.
- D) Entende-se por receita da União todo e qualquer ingresso de caráter originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária, seja geral ou vinculado, que tenha sido decorrente, produzido ou realizado direta ou indiretamente pelos órgãos competentes.
- E) Os recursos de caixa do Tesouro Nacional compreendem o produto das receitas da União, deduzidas as parcelas ou cotas-partes dos recursos tributários e de contribuições, destinadas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios, na forma das disposições constitucionais vigentes.

76

“Ordenador de despesas é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda. As despesas feitas por meio de _____, desde que _____ pelo ordenador, serão escrituradas e incluídas na sua tomada de contas, na forma prescrita; quando _____, deverá o ordenador determinar imediatas providências administrativas para a apuração das _____ e imposição das _____ cabíveis, sem prejuízo do julgamento da regularidade das contas pelo Tribunal de Contas.” Com base no Decreto Lei nº 200/67, assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) suprimentos / penalizadas / não impugnadas / impugnadas / responsabilidades
- B) responsabilidades / não impugnadas / impugnadas / penalidades / penalidades
- C) suprimentos / impugnadas / não impugnadas / penalidades / responsabilidades
- D) suprimentos / não impugnadas / impugnadas / responsabilidades / penalidades
- E) responsabilidades / penalizadas / impugnadas / não impugnadas / responsabilidades

77

Conforme disposto na Lei Complementar nº 101/2000, constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal:

- A) A fixação, a previsão e o efetivo empenho de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- B) O recolhimento, o pagamento e a liquidação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- C) A instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- D) A Tomada de Preços, o lançamento e o pagamento de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- E) A concorrência, a solicitação, a liquidação e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

78

No que se refere às Normas de Administração Financeira existentes no Decreto-Lei nº 200/67, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) No Poder Executivo não há necessidade de se efetuar a discriminação das dotações orçamentárias globais de despesa.
- B) Os órgãos da Administração Direta observarão um plano de contas único e as normas gerais de contabilidade e da auditoria que forem aprovados pelo Governo.
- C) O Presidente da República prestará anualmente ao Congresso Nacional as contas relativas ao exercício anterior, sobre as quais dará parecer prévio o Tribunal de Contas.
- D) Publicados a lei orçamentária ou os decretos de abertura de créditos adicionais, as unidades orçamentárias, os órgãos administrativos, os de contabilização e os de fiscalização financeira ficam, desde logo, habilitados a tomar as providências cabíveis para o desempenho das suas tarefas.
- E) A discriminação das dotações orçamentárias globais de despesas será feita no Poder Legislativo e órgãos auxiliares, pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e pelo Presidente do Tribunal de Contas. No Poder Judiciário, pelos Presidentes dos Tribunais e demais órgãos competentes.

79

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) contém inúmeras definições. Dentre as definições apresentadas, assinale a que NÃO está de acordo com a referida Lei.

- A) São entes da República Federativa do Brasil: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- B) Empresa controlada é a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença a ente da Federação.
- C) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
- D) Empresa estatal dependente é a empresa controlada por ente da Federação que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, em último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- E) Considera-se Receita Corrente Líquida da União o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas as receitas de capital, as receitas de contribuições de melhoria e as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.

80

Considerando o disposto no Decreto nº 93.872/86 e atualizações posteriores, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.
- B) O reconhecimento da obrigação de pagamento cabe à autoridade competente para empenhar a despesa.
- C) Quando a anulação ocorrer após o encerramento do exercício, considerar-se-á receita orçamentária do ano em que se efetivar.
- D) Revertem à dotação a importância da despesa anulada no exercício, e os correspondentes recursos financeiros à conta do Tesouro Nacional, caso em que a unidade gestora não poderá pleitear a recomposição de seu limite de saques.
- E) As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida, e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação destinada a atender despesas de exercícios anteriores, respeitada a categoria econômica própria.

81

Considerando o conteúdo do Decreto nº 7.185/2010, o sistema deverá gerar, dentre outras, as seguintes informações, EXCETO:

- A) O valor do empenho, da liquidação e do pagamento.
- B) A previsão, o lançamento, quando for o caso, a arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.
- C) A classificação da receita extraorçamentária existente na Lei Orçamentária Anual, especificando a finalidade a que se destinam os recursos.
- D) O procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo.
- E) A pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto nos casos de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários.

82

Conforme disposto na Lei Complementar nº 101/2000, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.
- B) O projeto de Lei Orçamentária Anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas da LRF.
- C) O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- D) Integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias um Anexo de Metas Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- E) A Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá também sobre o equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e forma de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

83

Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), analise as afirmativas.

- I. A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento da despesa serão acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- II. A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento da despesa serão acompanhados de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- III. Considera-se adequada à Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- IV. Considera-se compatível ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, os objetivos, as prioridades e as metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer uma de suas disposições.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) IV, apenas. B) I, II, III e IV. C) I e II, apenas. D) III e IV, apenas. E) I, II e III, apenas.

84

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu Capítulo VI – Da Destinação de Recursos Públicos para o Setor Privado, dispõe que “A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais”.

O disposto anteriormente aplica-se à toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil. Diante do exposto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Dependem de autorização em lei específica as prorrogações e as composições de dívidas decorrentes de operações de crédito.
- B) O Banco Central do Brasil está proibido de conceder às instituições financeiras operações de redesconto e de empréstimos de prazo superior a trezentos e sessenta dias.
- C) A prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos, e outros mecanismos, constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional, na forma da lei.
- D) Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica, que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
- E) Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

85

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. São exigências para realização de transferências voluntárias, além das exigências estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, EXCETO:

- A) Existência de dotação específica.
- B) Previsão orçamentária de contrapartida.
- C) Cumprimento dos limites constitucionais relativos à assistência social e à infraestrutura básica.
- D) Observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal.
- E) Comprovação, por parte do beneficiário, de que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

86

Relacione as colunas adequadamente.

- 1. Dívida pública consolidada ou fundada. () Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- 2. Dívida pública mobiliária. () Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- 3. Operação de crédito. () Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- 4. Concessão de garantia. () Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- 5. Refinanciamento da dívida mobiliária. () Emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

A sequência está correta em

- A) 3, 4, 1, 2, 5.
- B) 5, 4, 1, 2, 3.
- C) 4, 3, 2, 1, 5.
- D) 2, 4, 5, 3, 1.
- E) 1, 4, 3, 2, 5.

87

Acerca dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, analise.

- I. Planos, orçamentos e Leis de Diretrizes Orçamentárias.
- II. Prestações de contas e o respectivo parecer prévio.
- III. Relatório Resumido de Planejamento Orçamentário e Financeiro, o qual tem periodicidade anual.
- IV. Relatório de Gestão Fiscal, o qual tem periodicidade quadrimestral.

Estão corretas apenas as alternativas

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) I, III e IV.

88

A Despesa Pública possui etapas, conforme Manual Técnico do Orçamento (2014). Entende-se por empenho o(a)

- A) a conferência da documentação fiscal pertinente ao recolhimento dos tributos.
- B) etapa da despesa que será efetuada quando ordenada após sua regular liquidação.
- C) verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- D) ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- E) o despacho exarado por autoridade competente, determinando a verificação da origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

89

O Decreto nº 7.185/2010 dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000, e dá outras providências. Considerando o conteúdo do referido Decreto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Integrarão o Sistema somente as entidades da administração direta.
- B) O Sistema deverá permitir a integração com meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, assegurando à sociedade o acesso às informações sobre a execução orçamentária e financeira.
- C) Entende-se por Sistema Integrado as soluções de tecnologia da informação que, no todo ou em parte, funcionando em conjunto, suportam a execução orçamentária, financeira e contábil do ente da Federação, bem como a geração dos relatórios e demonstrativos previstos na legislação.
- D) Consistem em requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do Sistema, disponibilizar ao cidadão informações de todos os Poderes e órgãos do ente da Federação de modo consolidado, permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados, e possuir mecanismos que possibilitem a integridade, confiabilidade e disponibilidade da informação registrada e exportada.
- E) O Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado Sistema, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

90

Acerca da definição das etapas da Receita Pública, conforme Manual Técnico do Orçamento (2014), analise.

- I. Previsão: etapa que antecede a fixação do montante de despesas que irá constar nas leis de orçamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo.
- II. Lançamento: ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- III. Arrecadação: entrega dos recursos devidos ao Tesouro Nacional pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.
- IV. Recolhimento: transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro Nacional, responsável pela administração e controle da arrecadação e pela programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Todas as etapas da receita pública encontram-se corretamente conceituadas.
- B) O conceito de Lançamento encontra-se correto.
- C) O conceito de Recolhimento encontra-se correto.
- D) O conceito de Arrecadação encontra-se correto.
- E) O conceito de Lançamento está correto. Contudo, Lançamento não é etapa da Receita, mas, sim, da Despesa.

91

Assinale a alternativa que apresenta a definição correta de contribuição de melhoria, de acesso com o Manual Técnico do Orçamento (2014).

- A) Não é espécie de tributo e consiste na classificação da despesa orçamentária, e tem como fato gerador a desvalorização imobiliária de patrimônio público.
- B) É espécie de tributo na classificação da receita orçamentária e tem como fato gerador a valorização imobiliária que decorra de obras públicas, contanto que haja nexo causal entre a melhoria ocorrida e a realização da obra pública.
- C) É espécie de tributo. Atualmente, não existe essa espécie de contribuição, haja vista a dificuldade de se apurar o valor devido pelo cidadão à administração pública, em virtude de o mesmo ter recebido transferência governamental para melhoria de seu imóvel.
- D) A cobrada unicamente pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- E) A cobrada só pode ser exigida pelo Distrito Federal e pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, sendo instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

92

De acordo com a Lei nº 4.320/64, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender às obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- () Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- () Consideram-se investimentos as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa e subvenções econômicas, as que se destinem as empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- () Classificam-se como subvenções as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

A sequência está correta

- A) F, F, F, F. B) V, F, F, F. C) F, V, V, V. D) V, V, F, F. E) V, V, V, V.

93

De acordo com as disponibilidades de caixa dos entes da federação e da preservação do patrimônio público, analise as afirmativas.

- I. As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos ficarão depositadas juntamente com as demais disponibilidades de cada ente da federação e não poderão ser aplicadas no mercado financeiro.
- II. É permitida a aplicação das disponibilidades de caixa dos entes da federação em títulos da dívida pública estadual e municipal, em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da federação.
- III. É permitida a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, não podendo destiná-la aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, II e III. B) I, apenas. C) II, apenas. D) III, apenas. E) I e II, apenas.

94

Sobre a elaboração da proposta orçamentária para 2014, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) para o exercício seguinte deve ser enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até 15 de abril de cada ano.
- () O processo de elaboração do PLOA se desenvolve no âmbito do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e envolve um conjunto articulado de tarefas complexas de competência exclusiva do Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional.
- () O que concerne especificamente à elaboração da proposta orçamentária para 2014, essa deverá estar incompatível com o PPA (Plano Plurianual) 2012-2015 e com a LDO 2014.

A sequência está correta em

- A) V, V, F. B) V, F, F. C) F, F, V. D) V, V, V. E) F, F, F.

95

Em relação à Lei Orçamentária Anual, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Integrará a Lei de Orçamento um sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- B) Integrará a Lei de Orçamento um quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.
- C) Integrará a Lei de Orçamento um quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação, além de um quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
- D) A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.
- E) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, excluídas as de operações de crédito, e todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da Administração Indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas).

96

Analise as afirmativas, tendo por base a Lei nº 4.320/64.

- I. Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- II. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- III. São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- IV. São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- V. O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes não constituirá item de receita orçamentária.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III, IV e V. D) I, IV e V, apenas.
- B) II e III, apenas. E) III, IV e V, apenas.
- C) I, II e III, apenas.

97

Com base na Lei nº 4.320/64, no que se refere aos controles interno e externo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, com parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.
- B) A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será realizada após a execução do orçamento, por ser impossível efetuar tal verificação durante a execução deste.
- C) O controle da execução orçamentária pelo Poder Legislativo terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda legal e emprego do dinheiro público e o cumprimento da Lei de Orçamento.
- D) Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.
- E) O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações, a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos e o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

98

Com base na Lei nº 4.320/64, analise as afirmativas.

- I. "Classificam-se como _____ as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado."
- II. "Consideram-se _____ as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como: sociais e econômicas."
- III. "Classificam-se como _____ as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros."

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmações anteriores.

- A) investimentos / subvenções / transferências correntes
- B) subvenções / transferências correntes / investimentos
- C) inversões financeiras / transferências correntes / subvenções
- D) subvenções / transferências correntes / inversões financeiras
- E) transferências correntes / subvenções / inversões financeiras

99

No que se refere ao processo de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, conforme disposto no Manual Técnico do Orçamento (2014), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A limitação dos gastos públicos é feita por decreto do Poder Executivo e aparato próprio dos demais Poderes.
- B) A limitação dos gastos públicos não pode ser feita por decreto do Poder Executivo, pois este Poder não é superior ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo, conforme disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- C) Verificada a frustração na arrecadação da receita prevista ou o aumento das despesas obrigatórias, que venham a comprometer o alcance das metas fiscais, torna-se necessária a adoção de mecanismos de ajuste entre receita e despesa.
- D) Em decorrência da necessidade de garantir o cumprimento dos resultados fiscais estabelecidos na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e de obter maior controle sobre os gastos, a Administração Pública deve efetuar o monitoramento do cumprimento das metas de superávit primário.
- E) Em decorrência da necessidade de garantir o cumprimento dos resultados fiscais estabelecidos na LDO e de obter maior controle sobre os gastos, a Administração Pública deve efetuar a programação orçamentária e financeira da execução das despesas públicas.

100

No que se refere ao processo de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, conforme disposto no Manual Técnico do Orçamento (2014), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- B) No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.
- C) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados, exclusivamente, para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- D) Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
- E) Se verificado, ao final de um ano, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Riscos Fiscais, o Ministério Público promoverá, imediatamente, a limitação de empenho em movimentação financeira de todos os órgãos públicos, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva consta de 02 (duas) questões abertas/discursivas, sobre tema relacionado ao conteúdo programático associado aos conhecimentos específicos do cargo/perfil.
- Para a redação de cada questão, o candidato deverá formular texto com extensão mínima de 10 (dez) e máxima de 30 (trinta) linhas, em que conste resposta concisa à cada questão formulada.
- A Prova Discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência que o impossibilite de redigir textos, como também no caso de candidato que solicitou atendimento especial para este fim, nos termos do Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do IDECAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de fuga ao tema, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou que o conteúdo esteja grafado por outro meio que não o determinado no item anterior, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que não atingir a extensão mínima ou ultrapassar a extensão máxima permitida.
- A Prova Discursiva terá o valor de 100 (cem) pontos.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DE CADA ITEM DA PROVA DISCURSIVA	
Elementos da Avaliação	Total de pontos por critério
Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	30 pontos
Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto.	30 pontos
Relação lógica entre as ideias, objetividade, ordenação e clareza.	40 pontos
TOTAL DE PONTOS	100 pontos

01

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, redija um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- transferências voluntárias;
- destinação de recursos públicos para o setor privado.

02

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, inclusive quanto à transparência, ao controle e fiscalização das contas públicas.

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, redija um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- controle externo: competência legal;
- instrumentos de transparência da gestão fiscal;
- o papel e as competências do Tribunal de Contas da União;
- controle interno: Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.

QUESTÃO 01

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha, corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipad*, *ipod*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
4. A duração da prova é de 06 (seis) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Respostas (Prova Discursiva).
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. O Caderno de Provas consta de 100 (cem) itens de múltipla escolha e uma prova discursiva constituída de 02 (duas) questões abertas/discursivas. Leia-o atentamente.
7. **Os itens das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) opções (A a E) e uma única resposta correta.**
8. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Respostas (Prova Discursiva) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas, sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- As provas aplicadas, assim como os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no site www.idecan.org.br, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **02 (dois) dias úteis**, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no site www.idecan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita **via Internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao **IDECAN**, conforme disposições contidas no site www.idecan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.